



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE.
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA 028/2016

Dia 17 de novembro de dois mil e dezesseis, às nove horas e quarenta minutos, no prédio do PREVIMPA sito à Rua Uruguai número duzentos e setenta e sete, décimo quarto andar, teve início a quingentésima vigésima décima reunião ordinária do Conselho de Administração do PREVIMPA. Estiveram presentes os seguintes conselheiros: Renan da Silva Aguiar, Edson Zomar de Oliveira, Luis Ferrari Borba, Antonio Carlos da Costa Pinto, Álvaro Dion Teixeira, Marisa Ney Santos Pinho, Guacyra Lima Ávila, Pedro Luis da Silva Vargas, Fabiana Zambiasi, Isabel Cristina Junqueira, Alessandra Bocorny de Azevedo, Carin Cecília da Rosa Carvalho e Luciana Eidt. Na ausência justificada da Presidente do CAD o Vice-Presidente Renan da Silva Aguiar inicia a reunião tendo como secretário, “*ad doc*” o conselheiro Antonio Carlos da Costa Pinto. Após apresentação da Ata 027 de 08/11/2016 o conselheiro Vargas sugeriu que a referida Ata (027/2016) fosse encaminhada, novamente, aos conselheiros para análise e considerações, que, foi aprovado pelos demais conselheiros. Renan passou ao item 02 do expediente com informes. O conselheiro Luis Ferrari Borba informa que a nova direção do SIMPA promoveu no dia 11/11/2016, no turno da tarde, uma Aula Pública no Largo Zumbi dos Palmares sobre a 241-55, que está no Senado Federal, visando esclarecimentos gerais aos servidores do Município sobre o futuro da Previdência, sendo que após, se deslocaram para a Esquina Democrática acompanhando a manifestação contra a PEC. O conselheiro também salientou que haverá eleição para a renovação dos representantes dos órgãos municipais no SIMPA (CORES). Para finalizar os informes, o Presidente do Conselho apresentou o convite para participação no evento “II Debates Previdenciários” que ocorrerá no dia 16/12/2016, no Ritter Hotel, com inscrições gratuitas. Dando início à ordem do dia, o tema: “Dúvidas sobre Gratificações Previdenciárias”, o Conselheiro Pedro Luis da Silva Vargas usou a palavra para expor sobre a GPREV, no que tange aos critérios para estabelecimento de metas, salientando ser importante para a manutenção do estímulo dos servidores, ainda mais na atualidade, em função das mudanças previdenciárias que se avizinham. Entende o conselheiro, ser positiva a sua readequação para manter e alcançar os objetivos e metas. Reitera que as palestras sobre a “Disseminação da Cultura Previdenciária” comprovaram ser uma ótima iniciativa do Departamento. Desta forma, gostaria de esclarecimentos sobre a base para a estipulação da meta, como foi feita e entende serem dez encontros muito pouco pelo interesse do tema. Usando a palavra, o conselheiro Renan da Silva Aguiar enfatiza que os objetivos institucionais definem as metas, as quais são elaboradas pelas diversas áreas e após, aprovadas pela Direção Geral. Esse indicador, segundo o conselheiro Renan foi construído em acordo com as condições estruturais das áreas envolvidas, pois é necessário que a equipe organize todo o planejamento, interno e com os órgãos usuários, além das atividades rotineiras do setor. A conselheira Carin Cecília da Rosa Carvalho expõe que os dez encontros representam, no momento, o limite possível de palestrar, uma vez que não há como realizá-las nos meses de janeiro, fevereiro e julho, em função do período de férias, principalmente em escolas. Com base na experiência atual, afirma que a demanda não tem sido elevada, pois não há o devido comprometimento das

49 áreas usuárias na divulgação. A Conselheira Isabel Cristina Junqueira sugere que o
50 Departamento ofereça as palestras aos órgãos municipais, no que a Conselheira Carin Cecilia
51 esclarece que esta medida já é realizada. Retomando a palavra, a Conselheira Isabel Cristina
52 concorda que é difícil a conscientização das áreas, mesmo com toda a importância que o tema
53 merece e sugere que o Previmpa reforce o convite aos órgãos, se possível, convidando um
54 representante do mesmo para se responsabilizar internamente pela divulgação. A Conselheira
55 Luciana Eidt entende que está no momento de reavaliar o projeto, uma vez que a estrutura atual
56 do PREVIMPA para dar continuidade a esta ação é pequena. Inclusive deixa claro que, mesmo
57 com a reduzida quantidade de servidores que assistem às palestras, eles acabam gostando do
58 tema e passam a ser divulgadores do seu conteúdo, tanto que, normalmente, após as palestras,
59 aumenta a quantidade de servidores que procuram atendimento no Departamento. O
60 conselheiro Álvaro Dion Teixeira usou a palavra para elogiar a ação do SIMPA, no que
61 concerne à Aula Pública realizada e sugere que esta prática seja utilizada para a abordagem de
62 outros temas de interesse dos municipais. A Conselheira Marisa Ney Santos pinho apresenta
63 sugestão com o intuito de motivar a participação dos servidores nas palestras sobre a cultura
64 previdenciária, que seja emitida certificação de participação para validação na Progressão
65 Funcional, o que foi bem endossado pelos demais conselheiros. O Conselheiro Vargas,
66 continuando sua explanação sobre as gratificações previdenciárias, abordou a parte sobre o
67 ingresso de recursos, tendo como meta o desempenho da rentabilidade do regime capitalizado.
68 Assim, ressalta que pelos dados, não estamos atingindo a meta atuarial de IPCA mais seis por
69 cento ao ano. O Conselheiro Renan esclarece que no conjunto, o Previmpa tem atingido a meta
70 atuarial nos últimos dez anos, informando que se mensura a rentabilidade através da
71 composição do benchmarking da Unidade de Investimentos e mais três indicadores.
72 Aproveitando o tema, o Conselheiro Antonio Carlos da Costa Pinto afirma ser difícil atingir a
73 meta atuarial e que há outros institutos de previdência com metas em percentuais inferiores ao
74 estipulado pelo Previmpa e que esta ação torna-se um grande desafio para o Departamento,
75 tanto que o Previmpa é referência de gestão previdenciária entre as capitais. Também aborda
76 que no tema imóveis, atualmente a meta atuarial seria difícil de ser atingida, tanto que a
77 Unidade de Gestão de Ativos Imobiliários trabalha com indicadores nacionais e a formatação
78 de um benchmarking a ser superado, todos referentes ao mercado imobiliário. Aproveitando o
79 tema, o Conselheiro Vargas abordou, com certa preocupação, as prerrogativas da Lei
80 Complementar nº750, de 30 de dezembro de 2014, em que no seu artigo segundo, prevê que a
81 amortização do déficit atuarial, do regime capitalizado pode ser realizado através da dação em
82 pagamento de bens imóveis e direitos de qualquer natureza, com a devida avaliação prévia e
83 análise do Comitê de Investimentos e aprovação do Conselho de Administração do Previmpa.
84 Também fez referência sobre a questão da avaliação do imóvel, entendendo ser pertinente
85 receber imóveis como estratégia para diminuir déficit, se possível, de forma imediata. O
86 conselheiro Antonio, responsável no Previmpa, pela Unidade de Gestão de Ativos Imobiliários
87 (UGAI), usou a palavra para posicionar o Conselho sobre o tema. Tanto quanto à questão da
88 avaliação do bem, realizada pela Divisão de Avaliação Imobiliária da SMF, na qual entende ser
89 pertinente a avaliação, sendo que a área específica no Previmpa, tem a incumbência de se
90 posicionar, respondendo se o Laudo de Avaliação de Imóveis, emitido pela SMF está ou não
91 dentro dos parâmetros praticados pelo mercado imobiliário. Também aproveitou para esclarecer
92 que cabe a UGAI, a elaboração do Relatório de Avaliação Mercadológica, com periodicidade
93 anual e, que o atual, já foi encaminhado para a Direção Geral do Departamento. No processo
94 há a manifestação se o valor da avaliação da SMF está ou não condizente com as práticas do
95 mercado. Na sequência, o Conselheiro Vargas fez abordagem quanto ao fator de liquidez de
96 imóveis, critérios adequados de avaliação, entre outras observações. Também na mesma esfera,

97 o Conselheiro Edson salientou a importância de se ter parâmetros adequados de mensuração,
98 com o intuito de manter o equilíbrio, e que, entende que imóvel representa uma reserva
99 interessante, futura. Já o Conselheiro Vargas, além de explicitar que tem plena confiança na
100 forma como os investimentos são realizados no Previmpa, salienta que deva ocorrer uma
101 limitação, a estipulação de um percentual máximo para investimentos em imóveis. Usando a
102 palavra, o conselheiro Antonio entende ser muito pertinentes às colocações dos colegas
103 conselheiros e esclareceu que: está em andamento uma minuta para projeto de lei, que dispõe
104 sobre o aporte em imóveis para amortização do déficit atuarial do Previmpa. Nessa minuta, há
105 um artigo que limita em no máximo, oito por cento do patrimônio líquido do regime
106 capitalizado para investimentos em imóveis, inclusive será de forma decrescente, diminuindo
107 para cinco por cento ao logo do tempo. Entende ser uma ação zelosa, preventiva quanto ao
108 cuidado com o patrimônio líquido do Departamento. Disse também, que estão sendo
109 construídos indicadores, tendo como base índices nacionais e que o benchmarking da UGAI,
110 será formatado com meta acima do rendimento atribuído ao mercado imobiliário e que, todos os
111 índices que servem para parametrizar o “benchmarking” poderão ser acompanhados pelos sites
112 na internet, de forma transparente. Salienta também, que entende ser “imóvel” um investimento
113 seguro, apesar de longo prazo e que reconhece o risco de liquidez imediato, porém a premissa é
114 de que não precisaremos tão cedo nos desfazer de imóveis para angariar valores financeiros,
115 além do que, somar-se-á aos rendimentos mensais, a própria valorização do imóvel no mercado.
116 No que tange as avaliações, reitera que confia na avaliação dos colegas servidores da SMF, as
117 quais, inclusive estão servindo de base para várias defesas judiciais realizadas com sucesso pela
118 PGM. Nada mais havendo a tratar Renan encerrou a reunião às onze horas e vinte minutos e, eu
119 Antonio Carlos da Costa Pinto secretário “*ad doc*” deste Conselho, lavro a presente Ata que,
120 após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

121
122
123 Renan da Silva Aguiar – Presidente

Antonio C. Costa Pinto – Secretário

124
125
126 Edson Zomar de Oliveira

Luis Ferrari Borba

127
128
129 Álvaro Dion Teixeira

Marisa Ney Santos Pinho

130
131
132 Guacyra Lima Ávila

Pedro Luis da Silva Vargas

133
134
135 Fabiana Zambiasi

Isabel Cristina Junqueira

136
137
138 Alessandra Bocorny de Azevedo

Carin Cecília da Rosa Carvalho

139
140
141 Luciana Eidt